

MEMÓRIA: DIÁLOGO E CONSTRUÇÃO DO CONCEITO

SUZANA LOPES SALGADO RIBEIRO

Doutora em História Social pela USP, Professora da Universidade de Taubaté, Brasil

ANDREA PAULA DOS SANTOS OLIVEIRA KAMENSKY

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Professora adjunta da Universidade Federal do ABC, Brasil

JULIANA MARCONDES BUSSOLOTTI

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Universidade de Taubaté

RESUMO

Este artigo é sistematização de reflexões trabalhos de pesquisa das autoras, como as dissertações, teses, livros e artigos. Apresenta-se uma sistematização em torno dos diálogos estabelecidos entre autores e a construção do conceito de memória e suas relações com a memória coletiva, a identidade, a narrativa, o lugar, a seleção, o esquecimento. Assim, o que se apresenta neste estudo historiográfico pretende transpor uma compreensão contemporânea do conceito memória.

Palavras-chave: Memória, História, Identidade, Narrativa.

ABSTRACT

This article is a systematization of reflections from the authors' research, including dissertations, theses, books, and articles. It presents a systematization of the dialogues established between authors and the construction of the concept of memory and its relationships with collective memory, identity, narrative, place, selection, and forgetting. Thus, this historiographical study aims to convey a contemporary understanding of the concept of memory.

Keywords: Memory, History, Identity, Narrative.

Introdução

N

este artigo propomos um breve balanço do caminho percorrido para a construção do conceito de memória delineado a partir de pesquisas desenvolvidas (RIBEIRO, 2007; SANTOS e RIBEIRO, 2010; MEIHY e RIBEIRO, 2011; CARVALHO e RIBEIRO, 2013, entre outros). A intenção é conhecer um pouco da produção em torno desse conceito, pontuando alguns autores de diferentes áreas do conhecimento que se detiveram a estudá-lo.

Importante lembrar que, para a construção desse conceito que está tão vinculado ao fazer da história, sociólogos e etnólogos precederam amplamente os historiadores. E mesmo hoje, os usos do conceito são bastante diferenciados. A maior parte dos sociólogos, antropólogos e historiadores elege a memória como elemento para a compreensão da constituição de práticas e comunidades do agora, procurando compreender o presente a partir das reconstruções que são feitas do passado. Assim, o conceito de memória pode ser associado tanto a processos interativos quanto a construções simbólicas estabelecidas previamente (ANDERSON, 1991).

É comum estes trabalhos apontarem que as memórias são resultado de experiências vivenciadas ou não, que deixaram muitos ou poucos traços de si em nós e que, por vezes, são transformadas. O filósofo Henri Bergson, no seu trabalho sobre a memória conceituou dois tipos de rememoração: a lembrança-hábito e a lembrança que reconhece imagens e movimentos do passado, "das quais uma imagina, a outra repete" (BÉRGSON, 1990, p.63).

O primeiro tipo se faz presente em ações e atividades da vida cotidiana, “como o hábito, ela é adquirida pela repetição de um mesmo esforço” (BÉRGSON, 1990, p.61). O segundo “é como um acontecimento de minha vida; contém por essência, uma data, e não pode consequentemente repetir-se” (BÉRGSON, 1990, p.61), ou seja, refere-se à recordação de um evento do passado. Bergson atribuiu à memória, a capacidade de unir estes dois planos de experiência, além de permitir uma consciência espaço-temporal. Essa forma de caracterizar a memória e as lembranças, em especial a autonomia entre elas conceituada por Bergson, foi bastante criticada por pensadores como Walter Benjamin e por autores mais recentes, dentre eles Giorgio Agamben (2005).

Memória Coletiva

Uma primeira reflexão que merece destaque nesta conceituação, está presente na construção do conceito “memória coletiva”, nos trabalhos do sociólogo Maurice Halbwachs, pioneiro ao apresentar a memória como fenômeno social. O autor analisava, em 1925, a memória familiar, a religiosa e dos grupos sociais e com isso preocupou-se com a questão da memória coletiva como modo de conformar e determinar as memórias individuais, variando de acordo com o lugar social que é ocupado. “A memória coletiva”, título de seu livro póstumo (HALBWACHS, 1990), passa a ser tratada como fato social a ser estudado, colocando em diálogo os campos da sociologia e da psicologia. Para este autor, por mais que pareçam expressar experiências individuais, as memórias são constituídas por estruturas sociais mais amplas que antecedem a do indivíduo.

Ele se deteve no estudo das relações entre indivíduo e sociedade e para isso cunhou o conceito de comunidade afetiva, base para a formação da memória coletiva. É importante lembrar que o sociólogo apontou essa memória coletiva como plural e múltipla, legitimada em um espaço e em um tempo, sempre negociado entre passado e presente. A capacidade de se combinar de diferentes formas faz com que a relação entre memória individual e memória coletiva nunca seja única e constante. A obra de Halbwachs tem o mérito de pontuar que as memórias estão sujeitas ao que denomina “quadros sociais”, ou seja, são produzidas e guardadas de acordo com suportes sociais.

Por outro lado, retoma-se aqui o diálogo estabelecido por Marc Bloch com o sociólogo, iniciado na escrita da resenha de seu livro. Bloch reconhece as contribuições de Halbwachs, e as contribuições da abordagem para o campo histórico. Entretanto, acrescenta ao estudo da memória a questão da transmissão das lembranças coletivas, apontando aproximações entre os processos de memória e comunicação (caminho que será seguido pelos estudos de SORGENTINI, 2003). Diz ele:

... para que um grupo social cuja duração ultrapassa uma vida humana se ‘lembre’ não basta que os diversos membros que o compõem em um dado momento conservem no espírito as representações que dizem respeito ao passado do grupo [...] é também necessário que os membros mais velhos cuidem de transmitir essas representações aos mais jovens” (BLOCH, 1998, 229).

Além disso, o historiador, Bloch aponta em seus escritos a possibilidade dos enganos da memória coletiva, defendendo uma divisão mais definida entre história e memória que passaria pelo ofício do historiador, pela crítica à noção de “verdade” e pela relação que ambas estabelecem ao serem determinadas pelo presente.

Memória e identidade

Deste diálogo, destaca-se que para Halbwachs, ganha força o conceito de comunidade afetiva para entender um grupo frente à experiência comum que o formou. As perdas impõem uma nova situação de vida e muitas vezes passam a definir o grupo. O exemplo de Halbwachs são os judeus nos campos de concentração que perdem seus bens materiais, sua família, sua saúde. Mas não perdem sua memória.

Neste sentido, nas palavras de Ricoeur:

... é preciso dizer primeiro que é a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma. [...] Portanto, é por seu lugar num conjunto que os outros se definem. (RICOEUR, 2007, 130-131).

A intenção aqui, é a partir dos estudos do conceito de memória relacioná-lo a constituição de identidades e traçar paralelos com casos de vários sujeitos e grupos sociais despossuídos, que reconquistam seus bens, sua saúde

e por vezes reconstituem suas famílias e constroem identidades ao participarem de certas coletividades como movimentos sociais, grupos religiosos, entre outros tipos de associações. Nesse processo são constituídas memórias: lembranças guardadas da vida anterior, dos momentos decisivos e da vida atual. Essas memórias dão sentido ao presente e ao futuro.

A vivência compartilhada faz com que sujeitos de determinados grupos, assim como os judeus para Halbwachs, se tornem uma comunidade afetiva ligada por suas memórias coletivas. Pois, pode-se dizer que suas memórias se conformam a partir de momentos significativos que foram vivenciados. Essas ideias têm sido retomadas, no Brasil, por Eclea Bosi, que com os livros “Memória e sociedade” (1994) e “O tempo vivo da memória” (2003) revisitou grandes teóricos das humanidades para promover um debate em torno do conceito de memória. Dentre esses pensadores, a autora deu destaque às obras de Bergson, de Halbwachs e de Benjamin.

Em “O tempo vivo da memória” apresenta-se logo de início uma importante questão, acompanhada de sua resposta:

O movimento da recuperação da memória nas ciências humanas será moda acadêmica ou tem origem mais profunda com a necessidade de enraizamento? Do vínculo com o passado se extrai a força para a formação de identidade. (BOSI, 2003, p.16)

Com isso, revela-se a ligação entre memória e identidade, que necessita de um suporte a ser interpretado, para ser evidenciada e compreendida. O ato de rememorar pode ser traduzido em palavras de uma narrativa. Por meio dessa, outras pessoas - ou mesmo o próprio narrador - tomam consciência de suas vidas, de suas experiências. Descobrindo-se quem é, cria-se uma identidade. A memória traduzida em palavras transmite uma experiência vivida e explica o comportamento do presente. Assim, Eclea Bosi compõe, de forma concomitante, uma perspectiva individual e coletiva às narrativas. De maneira que em entrevistas, relatos e testemunhos cada sujeito faça referências a seu lugar e se suas relações com seu grupo, pois não nos lembramos, narramos ou identificamos sozinhos.

A partir do que está sendo sistematizado – conceitos e autores – ganha centralidade as reflexões como a do historiador Jacques Le Goff, que define a memória:

... como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria (...). Certos aspectos do estudo da memória, no interior de qualquer uma destas ciências, podem evocar, de forma metafórica ou de forma concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social. (LE GOFF, 1996, p. 423)

Como foi enunciado, existe uma dimensão multifacetada de diversas disciplinas sobre o conceito de memória, que, em parte, sob o recorte das humanidades, estão sendo tratadas aqui. Por isso, interessa também aprofundar um pouco sobre como o tema foi abordado no campo dos historiadores.

Ao fazer tal colocação, cabe pensar o quanto da história é abarcado pela memória, que se tornou tema com alguma relevância para a produção historiográfica após a década de 1970 com os trabalhos dos historiadores da chamada Nova História, da qual Le Goff é um dos maiores representantes. Ou seja, a noção de memória apareceu tarde no campo do historiador. Em 1961, Alphonse Dupront observou que a memória coletiva é a própria substância da história, mas foi preciso esperar até 1978, para que os escritos de Pierre Nora lhe conferissem maior valor, sendo que, para ele, o conceito tinha as mesmas implicações que a palavra mentalidade há 30 anos, e sua utilização estratégica também poderia ser fecunda para a renovação da historiografia.

Esses historiadores se filiam à École de Annales que foi a detonadora dessas mudanças e seus fundadores ampliaram os limites do campo de estudos da história. Historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre propuseram a diversificação de temas, e “pessoas comuns” passaram a fazer parte de uma História que relativizava os “acontecimentos” e priorizava o estudo das “estruturas” para a produção do conhecimento em história. Além disso, propuseram, junto aos demais pensadores dessa corrente historiográfica, o debate sobre o que é documento para a história. Esse foi um grande passo para a diversificação do uso de fontes, que passou a englobar a iconografia, a literatura e as artes. Desde então os historiadores vêm derrubando barreiras e investindo em “novas abordagens” e “novos objetos de pesquisa”, cada vez mais ligados às ações humanas e aos vestígios que são construídos por elas.

O evento histórico perdeu importância frente à hipótese de trabalho e passou a ser problematizado em função de um contexto mais amplo de rupturas, transformações sociais e culturais. Os Annales defenderam uma história-

-problema, ou seja, a pesquisa histórica deveria servir para iluminar e responder a uma problematização colocada pelo historiador e que se desenharia no percurso da investigação.

La nouvelle histoire veio acompanhada de muitas mudanças tanto no conceito de história quanto no de documento. Com o advento da história do tempo presente esses documentos passaram a ser retirados do cotidiano, e a própria vivência das pessoas passou a fazer parte do conjunto de interesses do pesquisador da área de história.

Segundo a história do tempo presente, toda história é sempre contemporânea, pois o que se busca explicar no passado é o que nos preocupa hoje. Assim, os temas são selecionados a partir da formulação de uma problemática do presente. Isso garante à história um constante movimento, um processo dinâmico, que se afasta de conceitos cristalizados como verdade e neutralidade. A história oral, por sua vez, potencializa esse movimento, na medida em que o pesquisador passa a se relacionar com seres vivos que influenciam, emocionam e transformam o papel do pesquisador.

Memória e narrativa

O documento, qualquer que seja ele, passa a ser a via pela qual se concretizará a possibilidade de o historiador responder suas questões. A “revolução” no conceito de documento culminou na possibilidade do uso da própria história de pessoas. No entanto, se as tramas biográficas, ou narrativas sobre o viver, foram “promovidas” a documentos históricos, era necessário conhecer mais sobre a memória, que as alimentava.

Essa nova prática de pesquisa envolveu em dúvidas os historiadores. Como poderiam acreditar na memória das pessoas? E se ela falhasse, se enganasse? E se deliberadamente mentisse? A memória se apresentava como algo fluído, um espaço da incerteza, o que, portanto, impediria a ciência histórica de apoiar nela suas certezas.

Foi longo o caminho percorrido pelo conceito de memória até chegar ao reconhecimento contido na afirmação de Le Goff:

O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.

No estudo histórico da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente escrita como também às fases de transição da oralidade à escrita, a que Jack Goody chama ‘a domesticação do pensamento selvagem’. (LE GOFF, 1996, p. 426)

A memória, que já tinha seu espaço garantido no campo de outras disciplinas, começava a conquistar terrenos e a fazer parte das preocupações dos historiadores. O detalhe foi valorizado. A alteridade ganhou destaque nos estudos e assim vozes silenciadas passaram a ser ouvidas e o processo histórico a registrar e considerar sua imensa diversidade. Porém:

A memória, para poder ser tornada histórica, gozar das prerrogativas de científicidade, ou pelo menos aspirar ser fonte histórica com credibilidade dentro da ‘província’ dos historiadores precisa, necessariamente, passar pelo processo crítico que chamaremos pelas expressões teorização e metodização. Teorizar significa pensar a memória – como fonte histórica em termos de especificidade científica como elemento contextualizado de interpretação histórica. Significa perspectivar a memória como elemento de orientação sobre a experiência do passado humano. Teorizar representa as diversas estratégias de argumentação na forma de teorias explicativas e de interpretação. Em outras palavras, seria o caso de perguntar como cada teoria ou referencial teórico irá perspectivar o passado, dando-lhe sentido e significação. (DIEHL, 2002. p.119.)

De qualquer modo, é fato que as pesquisas em torno do uso da noção de memória se multiplicaram e seu êxito se relacionou à redescoberta dos pequenos grupos de pertença, com a vontade de reencontrar, salvaguardar ou mesmo constituir suas identidades. Caminho trilhado por Le Goff ao teorizar e dar sentido ao conceito de memória usado pela história:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1996. p. 476)

O maior valor da oralidade, para historiadores como Paul Thompson, autor do clássico “A voz do passado”, está em consolidar, dar vida e energia às narrativas, permitindo a trama de uma história. A história oral flexibiliza ainda mais o uso das fontes, pluralizando e democratizando a escrita da história.

Segundo Philippe Joutard é, portanto, primeiro pela investigação oral que as memórias coletivas dos grupos são apreendidas. Elas aparecem quando as mesmas lembranças, vividas ou transmitidas, voltam de maneira repetitiva e quando elas são apresentadas como propriedade específica da comunidade.

A maior parte do tempo essa memória decepciona o historiador: ela é feita de vida cotidiana, onde a inundação, a geada precoce ou tardia, o incêndio da granja deixaram mais traços do que a Revolução Francesa, ou mesmo os ‘maquis’ da Segunda Guerra Mundial. Ela idealiza o passado, que se torna o ‘belo passado’, apagando as tensões sociais e as lutas de clã, numa visão unanimista e pacífica. (JOUTARD, 1993, p. 567).

O autor afirma que uma comunidade baseia sua legitimidade e sua identidade na recordação histórica. Nesse caso, a memória é terrivelmente simplificadora: se organiza em torno de um acontecimento fundador. Os fatos anteriores ou posteriores vão sendo assimilados ou esquecidos. Quando são memorizados é por analogia, repetição e confirmação do acontecimento fundador. O esquecimento é constitutivo da memória: mas esse esquecimento pode ser vontade de limitar-se ao essencial ou ocultação.

A memória se alimenta de toda uma cultura escrita e iconográfica, de que se tem maior ou menor consciência. Não é pertinente a oposição entre uma memória coletiva que seria popular e oral e uma memória histórica, erudita e escrita. Ao se concordar com a idéia de Halbwachs de que a lembrança não se mantém sem uma rede de sociabilidade dinâmica, é importante lembrar que essas redes não se limitam a instituições reconhecidas, como as escolas, mas se estabelecem de forma livre no cotidiano das pessoas.

Memória e lugar

Pierre Nora teve também grande importância nesse debate, contribuindo com a noção de lugar da memória, que foi amplamente popularizada, e que pode ser concebida como um ponto em torno do qual se cristaliza uma parte da memória nacional, construída por muitos locais públicos, sejam arquivos, museus ou monumentos, que promovem a identificação entre memória e história. O “lugar de memória” foi definido por Nora na apresentação de Les France como “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer” (NORA, 1984, p.20).

Dessa forma destacamos outra grande contribuição de Nora, ao discutir o fim da história-memória e a memória tomada como história:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização e seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história. (NORA, 1993, p. 14)

Questiona-se a distinção entre a “história construída” e a “memória vivida” que estabeleceu marcos de uma nova abordagem capaz de reconstruir o passado do Estado Nacional Francês. Ampliando consideravelmente o conceito, Nora introduziu principalmente as reflexões sobre a memória nacional, cuja construção é feita sistematicamente a partir de uma série de instituições, da escola aos arquivos, passando pelas festas e pelos monumentos de comemoração.

Com isso, podemos dizer que nos últimos 40 anos, pesquisadores passam a questionar a forma, de certo modo arbitrária, pela qual a história trabalha e ordena os fatos e eventos passados. Representações ou memórias coletivas tornam-se parte do conjunto histórico, como uma nova alternativa para compreender o passado. Assim, os fatos passados são examinados de outra maneira, analisando e avaliando os envolvidos daquele contexto, que também passam a construir versões nem sempre consensuais dos mesmos fatos que vivenciaram.

Memória, seleção e esquecimento

Nessa direção, a leitura de Michael Pollak ajuda a compreender a ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias de vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de história oral. Pollak afirmou:

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é em parte herdada, não se refere apenas a vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações, que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. (POLLAK, 1992, p. 204)

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é em parte herdada, não se refere apenas a vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações, que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. (POLLAK, 1992, p. 204)

Para Pollak, o passado, portanto, só pode ser recuperado pelo presente por meio de processos de interação social. Sua compreensão e sua significação são compostas de uma rede complexa, em que o contato entre os indivíduos, em determinados contextos sociais, traz o passado para o presente. “O conceito de memória, portanto, nos permite entrelaçar passado e presente, por um lado, ultrapassar a antinomia teórica clássica entre indivíduo e sociedade, por outro” (SANTOS, 2003, p.7).

Essas ideias são potencializadas por Pollak (1989) que, em seu artigo “Memória esquecimento, silêncio”, aponta a existência de uma memória em disputa e um papel para a história oral nesse campo:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, p. 9)

Pollak é pesquisador ligado ao Instituto de História do Tempo Presente, por isso defende o que foi denominado de uma nova história política. Mais que isso, promove uma ligação entre os pensadores que se detiveram a refletir sobre memória e a produção da história oral. Nesse mesmo artigo, define memória silenciada como sendo aquela que por motivos políticos ou sociais ficou submersa por algum tempo. Normalmente esse tipo de memória faz referência ao discurso de minorias que resistem ao “enquadramento da memória” realizado pelos que detêm o poder político e a força. Nesse sentido, ele lembra que lapsos não são involuntários e que, muitas vezes, são a única forma de sobrevivência de uma determinada coletividade.

Entra-se, assim, em contato com outra importante questão de seus estudos: o esquecimento. Existe o esquecimento da história que organiza e classifica o que deve ou não ser lembrado, estudado, eternizado, de acordo com as relações de poder estabelecidas em uma sociedade. E existe também o esquecimento vivido por uma pessoa, que faz com que cada um consiga fazer seleções do que importa ou não de suas próprias vivências.

O conceito de esquecimento ganha relevância ao se refletir sobre a questão da seletividade da memória. Se nos damos conta de que, além de ser seletiva, a memória envolve o esquecimento, podemos compreender melhor a falta de controle que temos sobre ela, pois o que lembramos e esquecemos não é resultado apenas de nossas intenções e desejos declarados. Nós nos lembramos de detalhes aparentemente sem importância e esquecemos de faces, nomes e lugares que seriam fundamentais para nós. O esquecimento de experiências pode acontecer independentemente de nossas vontades.

A memória está presente em nós. No entanto, podemos fazer uso de objetos externos como atalhos para se chegar a algumas lembranças. Ao lado desses “objetos biográficos” é mais fácil narrar uma história, pois “guardam” a memória e “fazem” lembrar das mais diversas maneiras.

A memória também traz indicações de rupturas, no diálogo entre passado e presente. Essas descontinuidades, rupturas e esquecimentos mudam o registro do passado, fogem ao controle dos que registraram o acontecido, tornando a história uma narrativa intersubjetiva.

Memória e contemporaneidade

Podemos apontar alguns desdobramentos do debate sobre memória, em nosso mundo contemporâneo. O primeiro e mais relevante, ao menos para os historiadores, retoma as preocupações de Bloch e aponta a necessidade de diferenciação entre história e memória na produção historiográfica. Outro, mais particular, entretanto com grande relevância, é o que envolve a prática de documentação de narrativas cotidianas e reflete sobre o papel dos narradores ao estabelecer suas memórias por meio do registro de suas histórias de vida. Por fim, o mais atual e volumoso de todos esses debates, acontece em torno da noção de memória na pós-modernidade, que vincula as discussões da memória a e da construção da identidade.

Nos debates recentes e mais gerais sobre memória, há a preocupação com os processos históricos vistos a partir de uma perspectiva ampla, mas também, procura-se compreender o que há de subjacente nas transformações sociais, ou seja, quais são as afetividades, o foro íntimo daqueles que as produzem ou são submetidos aos seus efeitos (BRESCIANI e NAXARA, 2001). Existe uma crescente revalorização da memória, seu direito e seu dever são reivindicados por diferentes grupos sociais e políticos. Na historiografia, esse movimento tem convivido com uma ordem inversa, que é a falta de reflexão sobre o fenômeno. A memória como ferramenta analítica, dentre os vários usos, pode ser compreendida como instrumento político e elemento amalgamador de identidades e de relações sociais. É algo que, unindo passado e presente, move as ações sociais em busca de um fim, de sua realização no futuro.

Outra grande demarcação apresentada diz respeito às diferentes formas de lembrar em que se evocam as memórias voluntárias – que obedecem à nossa vontade – ou involuntárias – que surgem sem serem evocadas. Sobre isso, salienta-se que é impossível determinar que um trabalho se utilizou de uma ou de outra, já que na maioria das vezes elas se mesclam. Exemplo disso é que em situações de entrevista não é raro o entrevistado interromper sua narração para falar que não sabia como estava contando aquelas coisas, que não queria lembrar daquele evento. Porém, lembra. Assim, pode-se dizer que, majoritariamente, temos lidado com memórias voluntárias, ou melhor, com memórias que foram resultado da intenção deliberada daqueles que narravam suas lembranças. Mas nem sempre.

Cabe aqui pontuar uma outra distinção. Independentemente de serem voluntárias ou não, as memórias narradas, nos momentos de entrevista, foram provocadas. Responderam a um estímulo de uma pesquisa “externa” e se constituíram na relação entre dois sujeitos. Além disso, mesmo sendo narrativas construídas sobre o passado, não foram capazes de dar conta do que aconteceu exatamente. Memórias são falhas, porque têm como referência perspectivas sempre parciais (não arbitrárias) de um acontecimento do passado. As vontades do presente têm um impacto no que rememoramos (HUYSEN, 2004, p.69). Isso não significa que a rememoração seja incompleta ou equivocada, mas sim que gera documentos diferenciados.

Com isso, há alguns elementos para entender os motivos desse interesse tão grande pela memória nas Ciências Sociais. Sem dúvida, lida-se com a memória porque ela pode dizer quem se é. Mesmo cientes de suas limitações, acreditamos poder fazer dela uma forma de produção de conhecimento sobre nós mesmos e sobre as relações que estabelecemos socialmente.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que as fronteiras entre história e memória são intercambiáveis e nem sempre complementares. Por essa razão faz-se necessário observar que a memória (social e coletiva) é formada por narrativas compostas presente, estabelecendo relações claras entre o passado e o presente. Desta maneira, devemos de modo concomitante, atribuir sentido ao passado da mesma maneira que devemos procurar compreender o sentido que é atribuído a ele. Mesmo assim, é preciso pontuar que a história e a memória nem sempre sejam complementares.

Por outro lado, a história é um conjunto de experiências que se sedimentaram ao longo do tempo. Memória e história são seleções, cujas fronteiras não estão definidas. Pode-se dizer, com isso, que a relação entre história e memória é conflituosa e concorrente “porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade)” (SARLO, 2007, p. 9).

Por fim, abre-se o debate da memória na contemporaneidade. Neste debate, aponta-se a possibilidade da produção da memória se transformar em um produto a ser consumido ou midiatizado. Este movimento se agrava em um mundo que vê a perda da memória como uma ameaça e que vive o excesso da memória como forma de descartar, consumir e esquecer. Assim, é que pesquisadores motivados pelo medo de esquecer, registram incansa-

velmente. O estudo da memória em meio ao excesso de informações é o foco das atenções dos estudos do crítico alemão pós-frankfurtiano Andreas Huyssen (2004), da crítica literária argentina Beatriz Sarlo (2007) e do sociólogo inglês Anthony Giddens (1991 e 2002).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição e origem da história. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ANDERSON, Benedict R. **Imagined communities**: Reflections on the origin and spread of nationalism. London; New York: Verso, 1991.

BÉRGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BLOCH, Marc. "Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente". In: BLOCH, Marc. **História e Historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Eclea. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Eclea. **Memória de Velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (orgs.) **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas. Editora da Unicamp, 2001.

CARVALHO, Maria Lucia M., RIBEIRO, Suzana L. S. **História Oral na Educação**: memórias e identidades. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, Ed. UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004, p.69.

HUYSEN, Andreas. "Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público". In: BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sônia (org.). **Comunicação, Acontecimento e Memória**. São Paulo: Intercom, 2005.

JOUTARD, Pierre. Verbete: Memória Coletiva, pp. 526-528. In: BURGUIÈRE, A. **Dicionário das ciências históricas**. São Paulo: Imago, 1993, p. 567.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996, p. 423.

MEIHY, José C. S. B e RIBEIRO, Suzana L. S. **Guia prático de história oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, José C. S. B. História oral: um locus disciplinar federativo. In: MEIHY (org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, pp. 48-55.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto história**, no 10. São Paulo, PUC-SP, dezembro de 1993, p. 14.

NORA, Pierre. Les France, Paris, Gallimard, 1984, p.20, citado por ENDERS, A. **Les Lieux de Mémoire**, dez anos depois. In: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/119.pdf>, acessado em 11/01/07.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, ano 10, 1992, p.200-212.

POLLAK, Michael. Memória esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Tramas e Traumas**: identidades em marcha. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, M. S. História e Memória: o caso do Ferrugem. **Revista Brasileira de história**, vol.23, no 46. São Paulo: 2003.

SANTOS, A. P.; RIBEIRO, S. L. S. Memórias de uma comunidade científica no cenário de Simão Mathias: histórias e trajetórias de cientistas da Química no Brasil. In: Simão Mathias - cem anos: **Química e História da Química no início do século XXI**. 1 ed. São Paulo: SBQ, PUC-SP, 2010.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. **Revista Brasileira de História**. Volume 23, ano 45, São Paulo, 2003.